



ACÓRDÃO Nº23/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11461/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Keydma Maria Ferreira Ponce de Leao - OAB/AM-9494
- 4- **Órgão:** Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED
- 5- **Exercício:** 2017
- 6- **Responsável:** Vânia Suely de Melo e Silva (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5505/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade da ordenadora de despesas, **Sra.Vânia Suely de Melo e Silva**, conforme o art. 22, inciso III, "b" c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, face as irregularidades apostadas aos itens 14-18, 19-26, 27-32, 33-38, 42-47, 63-66, do relatório Voto;

10.2. Aplicar Multa à Sra. Vânia Suely de Melo e Silva no valor de R\$ 8.800,00, com fulcro no art. 54, II da Lei nº 2.423/1996, pelo exposto nos itens 14-18, 19-26, 27-32, 33-38, 42-47, 63-66, deste Voto. Valor que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



ACÓRDÃO Nº23/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

10.3.1. Que cumpra o art. 57, II da Lei nº 8.666/1993, que estabelece como prazo máximo para duração dos contratos, 60 (sessenta) meses, dessa feita, tem-se a impossibilidade de nova prorrogação do Contrato nº 07/2013-SEPED, nos moldes do art. 57, II da Lei nº 8.666/1993;

10.3.2. Que em próximas Prestações de Contas, especialmente quanto aos Contratos de prestação de serviço de desjejum e/ou *coffee break*, observe o disposto no art. 37, da CF, que exige processo administrativo com documentação suficiente para pormenorizar os gastos e comprovar o interesse público por trás da despesa, garantindo o cumprimento do princípio da moralidade, principalmente;

10.3.3. Que cumpra o disposto no art. 7º, I, da Lei nº 8.666/1993;

10.3.4. Que aprimore o seu controle de tráfego de veículos, uniformizando todas os registros de atividade.

10.4. Notificar a Sra. Vânia Suely de Melo e Silva com cópia do Relatório/Voto e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Janeiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral